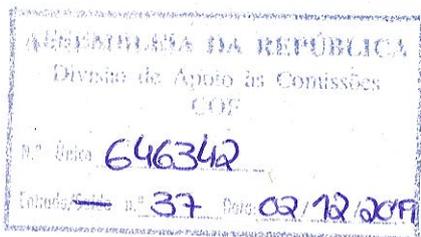




Bloco de Esquerda
Grupo Parlamentar



Exmo. Senhor Presidente
da Comissão de Orçamento e Finanças
Deputado Filipe Neto Brandão

Assembleia da República, 2 de dezembro de 2019

Assunto: Audição, com carácter de urgência, do Presidente do Fundo de Resolução

No início deste mês, o Novo Banco apresentou as suas contas do terceiro trimestre, onde era possível observar um aumento para 640 milhões de euros nas provisões que estimam o montante a compensar pelo mecanismo de capital contingente. No mesmo dia o *Jornal Económico* dava conta de que fontes próximas ao processo já estimavam uma injeção de capital do Fundo de Resolução superior a 700 milhões de euros no próximo ano.

Uns dias depois, a 18 de novembro, era a vez do jornal Eco avançar que o Fundo de Resolução interveio na venda da carteira de malparado Nata II no sentido de exigir que fossem retirados alguns créditos problemáticos, justificando com o entendimento de que “o preço oferecido não era aquele que oferecia as melhores perspetivas de maximização do valor”. O jornal Eco diz também saber que o fundo comprador “oferecia menos de 20 milhões por estes ativos tóxicos que tinham um valor original superior a 1.500 milhões”, e com um valor contabilístico bruto de cerca de 350 milhões.

Ainda este mês, o jornal Expresso noticia que apurou junto de fontes próximas do processo que o dinheiro ainda por utilizar do Mecanismo de Capital Contingente poderia ser injetado no Novo Banco de uma só vez, cenário que estaria a ser estudado pelos acionistas do banco (Lone Star) e pelo Fundo de Resolução, num processo acompanhado pelo Governo.

Ora desde a resolução do BES em 2014 o Estado já injetou 5.180 milhões de euros no Fundo de Resolução sob a forma de suposto empréstimo (sem qualquer plano de pagamento até 2046), que os injetou no Novo Banco. Primeiro foram 3.900 milhões em 2014, no momento da resolução do BES, depois em 2017, é acordada a disponibilização

de mais 3.890 milhões no âmbito do Mecanismo de Capital Contingente, dos quais já foram utilizados 1.941 milhões, 792M€ em 2017 e 1.149M€ em 2018, e onde o Estado foi chamado a financiar 1.280 milhões, 430M€ em 2017 e 850M€ em 2018.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, crítico desde o início desta solução encontrada para o Novo Banco, tem acompanhado todo este processo e perante a perspectiva de nova e relevante injeção de dinheiro do Estado, julga imprescindível a presença do Presidente do Fundo de Resolução para o cabal esclarecimento das questões levantadas com toda a informação que tem sido avançada, nomeadamente:

1. Do acompanhamento que tem sido feito de todos os processos de venda de crédito malparado.
2. Da perspectiva de evolução das necessidades de chamada de capital até ao fim do ano.
3. Da expectativa de pedido de financiamento ao Estado no próximo ano.
4. Da evolução das contas do Fundo de Resolução no decorrer deste ano (o último Relatório e Contas é relativo ao ano de 2018), em particular no que concerne à sua disponibilidade financeira e perspectiva de evolução das suas receitas, seja por contribuições periódicas ou extraordinárias, no próximo ano, por forma a fazer face à injeção de capital esperada, uma vez que o histórico de contribuições poderá não ser suficiente.
5. Do envolvimento do Fundo de Resolução neste estudo para antecipação da injeção de capital, em particular que detalhes estão a ser negociados e muito concretamente qual seria o plano de financiamento para esta injeção e em particular qual o papel do Estado.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer, com carácter de urgência, a audição do Presidente do Fundo de Resolução

A Deputada do Bloco de Esquerda,

Mariana Mortágua